



Estado de Mato Grosso
Assembléia Legislativa

Despacho

Protocolo

Projeto de Lei
Complementar

Nº / 2013

Autor: Poder Executivo

MENSAGEM Nº 47 /2013.

**Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores Deputados:**

No exercício da competência estabelecida no art. 39, parágrafo único, inciso II, alínea “a”, e art. 25, inciso VIII, ambos da Constituição do Estado de Mato Grosso, tenho a honra de me dirigir a Vossas Excelências para submeter à apreciação dessa Casa de Leis, o anexo projeto de lei complementar que ***“Dispõe sobre as políticas de Saúde e Segurança no Trabalho e normas gerais para concessão de adicional de insalubridade no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso”***.

Em primeiro plano, o presente projeto estabelece as políticas de saúde e segurança no trabalho aos órgãos e entidades da administração pública estadual.

Em segundo plano, a minuta carrega novel regulamentação ao adicional de insalubridade eis que, como é sabido, o Supremo Tribunal Federal já se posicionou no sentido de ser vedado a vinculação do salário mínimo para o cálculo de qualquer adicional, mormente, contrariar expressamente a Constituição Federal.

Portanto, a proposta carrega valores fixos ao referido adicional, quer seja em seu grau mínimo, médio e máximo. Ainda estabelece que estes valores serão reajustados, anualmente, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Em tempo, estabelece condicionantes ao reajustamento anual, que deverá ficar condicionado ao incremento da receita corrente líquida e capacidade financeira do Estado de Mato Grosso.

A minuta, ora remetida a essa Casa de Leis, também faz alusão de que a caracterização da insalubridade nos locais de trabalho deverá respeitar as normas do Ministério do Trabalho e Emprego.

Estabelece, ainda que o adicional não será incorporado ao subsídio, assim como a percepção atual deverá se adequar aos ditames do projeto.

Desta maneira, o Poder Executivo, no intuito de regulamentar a forma como será pago o adicional de insalubridade para os servidores públicos que fizerem jus, ou seja, trabalharem em condições insalubres, propõe o presente projeto de lei, visando a adequação ao contemporâneo entendimento que vigora o país.

Ciente da relevância da matéria que certamente será inserida no ordenamento jurídico do Estado de Mato Grosso, certamente será rápida a tramitação do anexo projeto e, ao final, na sua aprovação pelos Senhores Deputados Estaduais.

Sem mais para o momento, despeço-me na certeza de que o mais alto espírito público os inspirará e os conduzirá à melhor avaliação do texto de lei ora proposto.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 26 de julho de 2013.

SILVAL DA CUNHA BARBOSA
Governador do Estado

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre as políticas de Saúde e Segurança no Trabalho e normas gerais para concessão de adicional de insalubridade no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 45 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei complementar:

Art. 1º Esta lei complementar estabelece a obrigatoriedade da prática de políticas de Saúde e Segurança no Trabalho e as normas para concessão de adicional de insalubridade para os servidores, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

§ 1º As políticas gerais de Saúde e Segurança no Trabalho serão regulamentadas com a participação dos órgãos e entidades, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Administração – SAD.

§ 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual têm a responsabilidade de realizar a promoção, proteção, prevenção, vigilância em saúde e segurança no trabalho e o acompanhamento dos servidores na recuperação de sua saúde.

§ 3º Caberá a cada órgão e entidade executar sistematicamente, ações para eliminar ou neutralizar a insalubridade no ambiente de trabalho, de acordo com o seguinte:

I - adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;

II - disponibilização e utilização de equipamentos de proteção coletiva – EPC e de equipamentos de proteção individual ao trabalhador - EPI, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância;

III - criar mecanismos de monitoramento e avaliação da disponibilização e do uso de EPI pelos servidores.

§ 4º Os procedimentos para definição e caracterização dos locais de trabalho insalubres e dos servidores que farão jus ao adicional de insalubridade terão regulamentação específica.

Art. 2º Os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, fazem jus ao adicional de insalubridade, de acordo com o grau mínimo, médio ou máximo a que estejam expostos.

§ 1º Os valores do adicional de insalubridade ficam estabelecidos da seguinte forma:

I - grau mínimo de insalubridade: R\$ 100,00 (cem reais);

II - grau médio de insalubridade: R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais);

III - grau máximo de insalubridade: R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais).

§ 2º O valor do adicional a que se refere este artigo será reajustado, anualmente, no mês de maio, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado no período de janeiro a dezembro de exercício anterior.

§ 3º O reajuste previsto no § 2º deste artigo, será fixado mediante lei, ficando condicionado aos seguintes requisitos:

I - incremento da receita corrente líquida verificado no exercício anterior ao da revisão, atendidos os limites para despesa com pessoal de que trata a lei Complementar Federal nº101, de 4 de maio de 2000, as prescrições do art. 169, §1º, da Constituição Federal, respeitado o índice prudencial da Secretaria do Tesouro Nacional – STN;

II - capacidade financeira do Estado, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de interesse econômico e social.

§ 4º O valor do adicional a que se refere este artigo é correspondente a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, devendo ser pago proporcionalmente ao servidor com carga horária diferente.

Art. 3º A caracterização da insalubridade nos locais de trabalho, respeitará as Normas Regulamentadoras oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego aplicadas aos trabalhadores em geral.

§ 1º Para que o servidor tenha direito ao adicional, é necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 2º O direito ao adicional de insalubridade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão.

Art. 4º O adicional de insalubridade não será incorporado ao subsídio para quaisquer efeitos legais.

Art. 5º Todas as concessões de adicional de insalubridades efetuadas com base na legislação estadual vigente deverão ser adequadas ao disposto nesta lei.

§ 1º Os valores atualmente pagos advindos da concessão de insalubridade acima citados, deverão ser imediatamente adequados ao disposto no Art. 2º, § 2º, desta lei.

§ 2º Caso o disposto no *caput* acarrete redução do valor do adicional de insalubridade atualmente percebido, na data de entrada em vigor desta lei complementar, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião da revisão dos valores estipulados no Art. 2º, desta lei complementar.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta lei complementar correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Parágrafo único. É de responsabilidade da unidade setorial de Gestão de Pessoas a previsão orçamentária dos recursos necessários aos pagamentos do adicional de insalubridade.

